

## ÚLTIMO CAPÍTULO DA SÉRIE “REALIZAÇÕES” FALA SOBRE AVANÇOS NA GESTÃO DO MCTI



No último programa da série Realizações 2021 do MCTI, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, astronauta Marcos Pontes, falou sobre o tema Gestão, as ações tomadas desde 2019 para melhorar a aplicação do orçamento da pasta e iniciativas que organizaram as tomadas de decisão e estratégias do MCTI. Segundo Pontes, o ministério soube se organizar para entregar resultados mesmo com os desafios de orçamento enfrentados por causa da pandemia.

“Mesmo com essas dificuldades, você pode ver durante essa série quantas coisas fizemos apesar do orçamento baixo. Isso foi por causa da gestão. Você precisa ter coordenação, infraestrutura, pessoas, toda a coordenação desse sistema. Nós fizemos o trabalho de casa aqui nesse ministério”, frisou o ministro.

Marcos Pontes deu destaque ao diálogo que manteve com o Ministério da Economia e os parlamentares para obter recursos para a pasta e comemorou a aprovação no Congresso da liberação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). “É algo histórico no país, a liberação do FNDCT. Um trabalho do MCTI, com a comunidade científica, setor produtivo e parlamentares que resultou na Lei Complementar 177, que retirou o contingenciamento do fundo”, disse Pontes.

Segundo o ministro, os recursos podem ser usados em projetos estruturantes, como a construção do laboratório de nível de biossegurança 4 no Sirius, a criação do [Instituto Nacional do Mar](#); aumentar a infraestrutura de [pesquisa na Antártica](#); e no [Programa Espacial Brasileiro](#), por exemplo. Pontes ainda explicou que o fundo possui uma governança e comitês próprios que avaliam e aprovam os projetos antes dos investimentos.



“A expectativa é que entrem, em 2022, R\$ 5 bilhões a mais em recursos não reembolsáveis para subvenção, desenvolvimento de novas empresas, desenvolvimento de laboratórios, novas bolsas e assim por diante. Nós temos um horizonte muito bom para o MCTI na parte de orçamento a partir da liberação do FNDCT”, disse.

Outra ação inédita para a gestão de orçamento foi a criação da Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos ([SEFIP](#)), voltada para a atração de investimentos externos para projetos de pesquisa. “A gente tem que trazer orçamentos de fora. A Coreia do Sul usa 5% do PIB em C&T, mas 78% desse valor vem do setor privado. A gente precisa chegar nesse nível, mas isso não é fácil com as leis no Brasil”, detalhou Marcos Pontes.



O ministro também falou sobre a [plataforma investMCTI](#), que conta com 300 projetos de pesquisa abertos a investimentos, e a respeito da direção dada às unidades

vinculadas do ministério para criarem iniciativas atrativas a aportes externos. “Não basta só colocar o dinheiro. Os projetos também precisam ser atrativos. Nós temos hoje, em cada uma de nossas vinculadas, um escritório de gerenciamento de projetos. Algumas de nossas unidades tem o orçamento da união e 3 vezes esse valor para projetos vindos de orçamento de fora”, explicou.

Mais um tema do programa foi a [execução orçamentária do MCTI](#). Pontes destacou que a execução do ministério foi de 99,15% em 2020 depois de alcançar 93% em 2019. Para solucionar problemas de reposição de pessoal, Pontes falou do diálogo com o governo em buscar concursos para pesquisadores e reestruturar unidades de pesquisa para flexibilizar a contratação de recursos humanos. O MCTI também atuou para reforçar a infraestrutura de unidades de pesquisa.

O ministro do MCTI ainda descreveu que, para alcançar resultados, o ministério estabeleceu prioridades, um planejamento estratégico e o controle da gestão. “Isso significa eficiência, melhor uso dos recursos públicos e melhores resultados que a gente tem tido graças a essa gestão. Uma das coisas boas que o presidente Bolsonaro fez, não só na escolha de ministros técnicos, mas também nos deixar escolher as pessoas para trabalhar conosco, o que permitiu que a gente tivesse essa melhoria geral na gestão do MCTI”.

Pontes ainda anunciou que o ministério também pretende renovar a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, que vence em 2022, e a reativação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que a partir de março vai apresentar um documento com horizontes para a ciência brasileira nas próximas décadas.

## PRESIDENTE BOLSONARO PROMULGA LEI QUE IMPEDE CONTINGENCIAMENTO DO FNDCT



A Lei Complementar n. 177 de 2021, que impede o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), foi promulgada no dia 26 de março de 2021 pela Presidência da

República. A edição extra do Diário Oficial da União (DOU) trouxe o despacho do Presidente da República, Jair Bolsonaro, e o texto da lei sobre o dispositivo que havia sido vetado. O veto foi apreciado pelo Congresso Nacional, que o rejeitou.

A Lei Complementar 177, “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT, desde que promulgada nos termos da Constituição, rejeita pelo qual fora rejeitadas as emendas e o dispositivo autógrafo”.

A promulgação da Lei Complementar dispõe sobre a parte vetada pelo Congresso Nacional que impede a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira. Leia mais em: [gov.br/mcti](http://gov.br/mcti)

## CONSELHO DIRETOR DO FNDCT APROVA PLANOS DE INVESTIMENTOS

Em reunião do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em outubro, ficaram definidos os planos de investimentos do fundo para 2021. Os componentes aprovaram um total de R\$ 800 milhões para os recursos reembolsáveis e R\$ 3,6 bilhões para os não reembolsáveis.



O ministro do MCTI, astronauta Marcos Pontes, ressaltou no encontro que projetos importantes serão financiados com recursos do FNDCT, como o Centro Nacional de Vacinas, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e a chamada universal lançada pelo CNPq agência vinculada ao MCTI.

A reunião contou a participação virtual de diretores de seis organizações sociais vinculadas ao MCTI: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE/MCTI); Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM/MCTI); Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPII/MCTI); Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA/MCTI) e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTI).

Cada representante apresentou os principais projetos desenvolvidos em cada instituição, como o Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação, do CGEE; as pesquisas de grande porte usando o acelerador de partículas brasileiro, o Sirius; a abertura de novas unidades EMBRAPPII para aproximar a indústria dos centros de pesquisa; o projeto de laboratórios satélites na Amazônia (Salas MCTI); as olimpíadas de matemática e a rede da RNP que conecta universidades e instituições de pesquisa. Leia mais em: [gov.br/mcti](http://gov.br/mcti)

## CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA PROJETO QUE LIBERA RECURSOS DO FNDCT

“É um dia marcante para a ciência, tecnologia e inovações no país”, afirmou o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, ao



comemorar a aprovação pela Câmara dos Deputados, do projeto que proíbe o bloqueio de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O Projeto de Lei Complementar 135/20 segue agora para sanção presidencial.

“Esse é um dia para ser lembrado por todos nós. É uma alegria pelo futuro do Brasil, dos pesquisadores, jovens e estudantes que, agora com o FNDCT, terão inovações, novas empresas e novos empregos”, declarou o ministro. Marcos Pontes destacou que a aprovação do projeto foi resultado de um entendimento conjunto do governo federal e teve a concordância do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O Projeto de Lei Complementar 135/20 impede o contingenciamento e estabelece a liberação total dos recursos do FNDCT, a principal ferramenta de financiamento da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) do país. Neste ano de 2020, o fundo tem mais de R\$ 6 bilhões autorizados pelo Orçamento, mas cerca de R\$ 5 bilhões não podem ser aplicados em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) porque estão bloqueados pelo governo federal para atingir a meta de déficit primário. Leia mais em: [gov.br/mcti](http://gov.br/mcti)



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI  
Coordenação-Geral de Comunicação em CT&I – CGCO/SEAPC

## MINISTRO FALA SOBRE PROGRAMAS INTEGRADOS EM NOVO CAPÍTULO DA SÉRIE “REALIZAÇÕES 2021”

Em mais um episódio da série de programas sobre as realizações do MCTI em 2021, o ministro astronauta Marcos Pontes apresentou as iniciativas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações que envolvem várias secretarias e instituições da pasta ao mesmo tempo: os programas integrados. A série de vídeos transmitida nas redes sociais do MCTI vem contando as principais entregas do ministério nos últimos anos.



Uma das iniciativas que engloba diferentes secretarias do ministério é a de idades inteligentes. Segundo Marcos Pontes, ações para o saneamento, inteligência artificial e

tecnologias estratégicas compõem o programa. “Uma cidade inteligente é composta de várias camadas de desenvolvimento para que isso seja feito de forma correta. Os prefeitos que quiserem colocar elementos de cidades inteligentes na sua cidade devem entrar em contato com o ministério, de forma que a gente possa fazer uma análise da cidade em vários critérios e colocar programas que são ligados a parte inteligente da cidade”, indicou o ministro.

Os programas direcionados a transformação digital também fazem parte da atuação do MCTI, segundo o ministro, ajudando na prestação de serviços públicos e proteção de dados “O Brasil é hoje o primeiro das Américas em termos de transformação digital e o sétimo no planeta”, citou.



Pontes falou ainda sobre avanços em ranking internacionais conquistados pelo país. “O Brasil tem galgado posições interessantes. O Brasil é 13º em produção científica. Quando a gente entrou, ele estava em 62º em inovação. Durante a gestão a gente está em 57º, nós ganhamos 5 posições. Estamos longe do ideal. A gente precisa estar pelo menos entre os 20 primeiros”, disse.



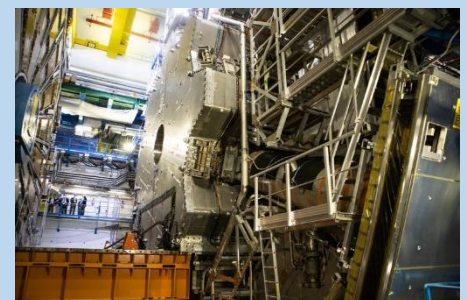
O monitoramento de desastres naturais é outra iniciativa do eixo de programas integrados. “Nós temos o CEMADEN, e ele trabalha 24 horas por dia, 7 dias por semana, com milhares de sensores espalhados pelo Brasil, analisando possibilidades de enchentes,

deslizamentos. Ele usa dados de radares meteorológicos, dados de satélite do INPE e faz um trabalho magnífico. A gente inaugurou um radar extra de meteorologia e também aumentou uma sala de monitoramento.



Segundo Marcos Pontes, o MCTI é um dos ministérios que tem o maior número de cooperações internacionais. Isso porque, a ciência está presente nas mais diferentes áreas e funciona como uma ferramenta de diplomacia. Foram 27 acordos assinados nessa gestão. “Nós temos acordos com a Coreia do Sul na área espacial, inovação; acordos com países da Europa em pesquisa, desenvolvimento, projetos como a Torre Atto, com a Alemanha; o Amazon Face, com o Reino Unido; acordos com a Áustria, Estados Unidos. Assinamos o acordo Artemis para desenvolvimento de sistemas espaciais; temos ainda parcerias com Israel em sistemas de inovação, tratamento de água.

O resultado desses acordos se reflete em absorção de tecnologia por empresas e instituições de pesquisa brasileiras e a possibilidade de crescimento do mercado de



companhias nacionais. “O Brasil foi aceito como membro associado do acelerador de partículas do CERN, em Genebra. Eles pretendem ampliar 100 km da estrutura de lá. Por aqui, 87% da tecnologia do nosso acelerador de partículas, o Sirius, foi feita no Brasil com empresas nacionais. O acordo significa que essas empresas vão poder ajudar no desenvolvimento do CERN, vender para lá e gerar nota fiscal no Brasil”.



No setor de biossegurança, o ministro destacou o trabalho da CTNBio, uma comissão interdisciplinar do MCTI que autoriza o uso e pesquisa com organismos geneticamente modificados no país, incluindo vacinas contra a Covid-19, e citou que o ministério prepara uma política nacional para a área.

## PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ARTEMIS É GRANDE SALTO PARA PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO, AFIRMA MINISTRO



"É um momento histórico. É um pequeno passo para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e um grande salto para o Programa Espacial Brasileiro", afirmou o ministro da Ciência, Tecnologia

e Inovações, astronauta Marcos Pontes, durante a cerimônia de assinatura do acordo de cooperação que oficializa a participação brasileira no Programa Lunar NASA Artemis, da Agência Espacial Americana (NASA). O projeto pretende levar a primeira mulher e o primeiro homem negro à superfície lunar em 2024 enquanto desenvolve as tecnologias e experiência para organizar uma missão humana a Marte.

O Brasil é o único país da América Latina e o 12º no mundo a entrar para a seleta lista de parceiros até o momento. O acordo Programa Lunar Nasa Artemis traz um conjunto de princípios, diretrizes e boas práticas para a cooperação internacional na exploração do espaço. Leia mais em: [gov.br/mcti](http://gov.br/mcti)

## EMPRESA SUL-COREANA DEVE LANÇAR FOGUETE NO CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA EM 2022

Uma empresa sul-coreana enviou representantes ao MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para apresentar ao ministro, astronauta Marcos Pontes, a produção de um foguete com capacidade de enviar dispositivos ao espaço. As tratativas da empresa Innospace com o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira (FAB) e com a Agência Espacial Brasileira (AEB/MCTI) estão avançadas. A ideia é utilizar o Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão e compartilhar o veículo com projetos que fazem parte do Programa Espacial Brasileiro.



O ministro, astronauta Marcos Pontes, afirmou que o MCTI está disposto a ajudar no que for preciso e é de interesse do governo brasileiro que mais empreendimentos como esse seja implementado no Centro Espacial de Alcântara. "Nosso interesse é ter lançamentos o quanto antes lá no centro, não só no sentido de desenvolvimento do sistema em si, mas também para mostrar que o centro está funcionando", destacou o ministro do MCTI. Leia mais em: [gov.br/mcti](http://gov.br/mcti)

## EMPRESA BRASILEIRA BUSCA INICIAR ENTREGAS COMERCIAIS COM USO DE DRONES EM 2022



A entrega de produtos com uso de drones já é uma realidade no Brasil. A empresa brasileira Speedbird Aero obteve autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em agosto de 2020, para a operação experimental do serviço de

entregas em parceria com o iFood. Desde então, com a aprovação de solicitações de voo pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), da Força Aérea Brasileira, a companhia já testou a tecnologia em 8 Estados e se prepara em 2022 para a operação comercial efetiva.

Durante a inauguração do [Centro de Referência IoT e Tecnologias 4.0 FACENS-MCTI](#), em Sorocaba (SP), em abril de 2021, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, conheceu a tecnologia e elogiou a iniciativa. "Nós não podemos parar a tecnologia para manter os postos de trabalho, mas podemos preparar e requalificar os profissionais, assim como formar as novas gerações já adaptadas para esse novo cenário", disse o ministro na ocasião. Leia mais em: [gov.br/mcti](http://gov.br/mcti)

## AMPLIADA COTA DE ISENÇÃO NA IMPORTAÇÃO DE INSUMOS PARA PESQUISAS EM 2022

A comunidade científica brasileira vai começar o ano de 2022 com uma boa notícia. Foi aprovado um aumento na cota de isenção para a importação de equipamentos e insumos voltados para a pesquisa científica e tecnológica no país.



Um total de US\$ 388.550.000,00 em isenção foi aprovado para o ano de 2022 e começa a valer a partir do dia 1º de janeiro. Têm direito a essa isenção pesquisadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), entidade vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e empresas credenciadas ao CNPq/MCTI.

A cota de isenção foi publicada no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2021 por meio de uma Portaria do Ministério da Economia. O novo valor para isenção na importação de insumos para a produção científica nacional será primordial para os estudos e pesquisas relacionados com o enfrentamento da Covid-19 no país. Leia mais em: [gov.br/mcti](http://gov.br/mcti)